

Desembargadora Eleitoral
Maria Helena Pinto Machado
Diretora da Escola Judiciária Eleitoral do Rio de Janeiro

A presente edição da Revista Justiça Eleitoral em Debate reúne um conjunto expressivo de reflexões que dialogam diretamente com os desafios contemporâneos trazidos pela crescente presença da inteligência artificial nas dinâmicas políticas, institucionais e sociais. Sob o dossiê temático "Inteligência artificial, desigualdades e justiça algorítmica: reconfigurações das experiências sociais", os quatro primeiros artigos exploram, sob diferentes perspectivas, as formas pelas quais tecnologias digitais, plataformas e sistemas algorítmicos vêm impactando o processo eleitoral, a integridade da informação e a própria experiência democrática.

Abrindo o dossiê, está o artigo "Entre o Discurso e a Prática: Prestação de Contas dos Provedores de Aplicação de Internet e os Mecanismos de Enforcement na Resolução TSE n.º 23.610/2019, Atualizada pela Resolução n.º 23.732/2024". Trata-se da apresentação da pesquisa da autora, que foi selecionada para concorrer ao prêmio Capes por ter sido considerada a melhor tese do Doutorado Acadêmico do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP) em 2025.

Esse artigo analisa a assimetria entre os compromissos públicos assumidos por grandes plataformas e a efetividade de seus mecanismos de cumprimento das normas eleitorais. O texto examina, com rigor técnico, o papel regulatório da Justiça Eleitoral diante da crescente centralidade das empresas de tecnologia na circulação de informações politicamente relevantes.

Em seguida, "Astroturfing Como Estratégia de Pressão Política nas Convenções Partidárias Brasileiras" aprofunda o debate sobre manipulação digital, ao investigar práticas que simulam apoio popular para influenciar escolhas internas dos partidos. Com base em estudos de caso e referências normativas, o artigo demonstra como conteúdos artificialmente amplificados podem distorcer percepções de legitimidade, afetando decisões estratégicas e comprometendo a autenticidade do processo democrático.

Na sequência, "Algocracia: o impacto da inteligência artificial no processo eleitoral" discute criticamente os riscos associados ao uso crescente de sistemas algorítmicos em contextos de tomada de decisão política e eleitoral. Redigido originalmente em inglês, o

texto examina como a opacidade, os vieses e a não neutralidade dos modelos de IA podem alterar relações de poder e desafiar garantias fundamentais, exigindo novos parâmetros regulatórios e institucionais.

Fechando o dossiê, o artigo "Inteligência Artificial, Acesso à Justiça e Respeito aos Princípios Fundamentais no Brasil" analisa as potencialidades e os limites da IA no sistema judiciário brasileiro. Ao tratar de princípios como boa-fé objetiva, transparência, fundamentação analítica e devido processo legal tecnológico, evidencia-se que a adoção de soluções digitais demanda salvaguardas éticas e institucionais para preservar a confiança social na Justiça.

Além do dossiê, esta edição apresenta três artigos recebidos em fluxo contínuo, que ampliam o debate sobre cidadania, políticas públicas e desafios estruturais contemporâneos. "Ferramentas para a Democracia: uma Análise do Programa Eleitor do Futuro" investiga a formação cidadã de jovens estudantes e destaca como iniciativas educativas podem fortalecer valores democráticos desde a infância.

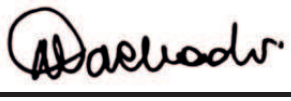
Já "O Voto Impresso no Brasil: Limitações Técnicas e Práticas" revisita discussões recorrentes sobre auditoria e segurança do sistema eleitoral, analisando, com precisão técnica, as barreiras logísticas, jurídicas e operacionais que inviabilizam a adoção do voto impresso como substituto ou complemento ao modelo eletrônico vigente.

Por fim, "Direitos humanos, meio ambiente e conflitos na terra Yanomami" articula dimensões socioambientais e humanitárias para discutir violações enfrentadas pelos povos indígenas em um cenário de intensificação de conflitos territoriais, ressaltando a necessidade de atuação coordenada do Estado na proteção de direitos fundamentais. Para o universo de temas de interesse que a RJED tem interesse em promover, o artigo discute dois temas centrais para a democracia: inclusão social e direitos humanos.

Encerrando a edição, o ensaio "Desafios da Democracia na Era das Tecnologias Generativas e o Papel da Regulamentação no Direito Eleitoral" oferece uma reflexão abrangente sobre o impacto das tecnologias generativas na formação da opinião pública, na produção de desinformação e na ordem informacional que sustenta as democracias. Ao discutir responsabilidades institucionais, limites regulatórios e caminhos para a proteção da integridade eleitoral, o texto reforça a urgência de repensar estruturas normativas diante de um cenário tecnológico em rápida transformação.

Os sete artigos e o ensaio reunidos nesta edição reafirmam o compromisso da Revista Justiça Eleitoral em Debate com a análise crítica e plural dos temas que moldam o presente e o futuro da democracia brasileira. Ao abordar questões que vão da regulação das plataformas à justiça algorítmica, da educação para a cidadania à proteção de direitos fundamentais, esta edição busca contribuir para o debate público qualificado e para o fortalecimento das instituições eleitorais.

Uma boa leitura a todas e todos.



Maria Helena Pinto Machado
Diretora da Escola Judiciária Eleitoral do Rio de Janeiro
Desembargadora Eleitoral do TRE-RJ

As opiniões emitidas pelos autores nos artigos publicados nesta revista são pessoais e de única e exclusiva responsabilidade dos mesmos.